

HABEAS CORPUS Nº 568.038 - SP (2020/0072835-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : JOAO MACIEL DE LIMA NETO
ADVOGADO : JOÃO MACIEL DE LIMA NETO - SP193386
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA LIMA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Ação Criminal n. 0002937-52.2017.8.26.0530.

Colhe-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante, prisão essa posteriormente convertida em preventiva, pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 180, § 1º (receptação qualificada), e 288 (associação criminosa), ambos do Código Penal (e-STJ fls. 301/306).

No primeiro grau, o paciente foi condenado à pena de 9 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicial fechado, além de 300 dias-multa, por infração ao art. 180, § 1º (receptação qualificada), e art. 288, *caput* (associação criminosa), c/c o art. 69, *caput*, todos do Código Penal.

A apelação interposta ainda não foi julgada (e-STJ fl. 1.016).

No presente *writ*, a defesa alega excesso de prazo na formação da culpa informando que "*o Paciente, pessoa idosa, com 64 anos de idade, encontra-se preso preventivamente desde o dia 30/11/2017, há quase 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses, aguardando o julgamento do seu apelo defensivo, sem data para tal julgamento pela autoridade tida como coatora (E. TJSP)*" (e-STJ fl. 4).

Acrescenta o impetrante que "[...] *há ausência dos requisitos indispensáveis à manutenção da prisão preventiva, pois não estaria revelada a razão pela qual a liberdade do idoso afrontaria a garantia da ordem pública e da instrução criminal, considerando o grande período em que o executado encontra-se preso. O sentenciado é casado com OLINDA RITA DE CASTRO BERNARDES desde*

02/01/1989, e possui residência própria à Rua Santo Antonio, 155, CEP 38010-160, na cidade de Uberaba/MG" (e-STJ fl. 9).

Diante dessas considerações, a defesa requer, liminarmente e no mérito, a concessão de alvará de soltura para que o paciente possa aguardar em liberdade o desfecho da ação penal.

É, em síntese, o relatório.

Depreende-se dos autos que o presente *writ* impugna o excesso de prazo no julgamento do processo n. 0002937-52.2017.8.26.0530 no Tribunal de origem.

Ocorre que a causa de pedir e o pedido deste *writ* também são objeto do HC n. 538.764/SP, impetrado nesta Corte e também atribuído a esta relatoria, que igualmente impugna a mesma ação. Nesse feito, inclusive, a ordem foi denegada – e transitou em julgado no dia 4/2/2020 – nos termos seguintes:

Consoante relatado, a defesa alega que há excesso de prazo para julgamento da apelação, ocasionando constrangimento ilegal na manutenção da segregação cautelar.

Insta consignar, por necessário, que a aferição da existência do excesso de prazo impõe a observância ao preceito inserto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, que assim dispõe:

A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Não obstante, a aferição da violação à garantia constitucional acima referida não se realiza de forma puramente matemática. Reclama, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal.

Sobre o tema, cumpre ressaltar que esta Corte tem reiterada jurisprudência de que a análise do excesso de prazo para o julgamento da apelação deve levar em consideração o quantum de pena aplicada na sentença condenatória.

Na presente hipótese, o paciente foi condenado à pena de 9 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicial fechado, além de 300 dias-multa, por infração ao art. 180, § 1º, e art. 288, caput, c/c o art. 69, caput, todos do Código Penal.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso em 30/11/2017, a sentença condenatória foi proferida em 19/12/2018, foi interposta apelação no dia 23/1/2019 e o recurso foi recebido pelo Magistrado de piso em 15/3/2019 e remetido ao Tribunal de Justiça em 29/5/2019 (e-STJ fls. 108/110 e consulta eletrônica).

Constata-se, assim, que está dentro dos limites de razoabilidade, portanto, o prazo de pouco mais de 12 meses desde o aviamento do recurso de apelação ao Tribunal de origem até a presente data, mormente se considerada a pena aplicada de 9 anos e 2 meses de reclusão.

Neste sentido:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.

1. A aferição do excesso de prazo reclama a observância da garantia da duração razoável do processo, prevista no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal. Tal verificação, contudo, não se realiza de forma puramente matemática. Reclama, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesadas as particularidades da causa.

2. Na espécie, não se constata o alegado constrangimento ilegal, pois o decurso de aproximadamente 8 meses desde o registro e autuação do recurso no Tribunal de origem (recebimento da irresignação pela segunda instância em 28/7/2016) sem o seu julgamento não extrapola os limites da razoabilidade e está justificado na complexidade do feito, pois só a sentença apelada conta com mais de 60 folhas, sendo que, consoante se extrai dos autos e do andamento processual constante do endereço eletrônico do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, todos os 5 réus recorreram e o Ministério Público já ofertou, em 6/12/2016, parecer, indo os autos à conclusão nessa mesma data. Ademais, é cediço que eventual excesso de prazo no julgamento da apelação deve ser aferido confrontando a quantidade de pena imposta na sentença condenatória, a qual, no caso, foi de 12 anos e 8 meses de reclusão, pela prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico, o que reforça a conclusão de que não há, na hipótese, desídia a ser atribuída ao órgão jurisdicional. 3. Ordem denegada.

(HC 374.706/MS, de minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 20/04/2017)

HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. PACIENTE CONDENADO À PENA TOTAL DE 25 ANOS E 8 MESES DE RECLUSÃO. REGIME FECHADO. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO CRIMINAL. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. COMPLEXIDADE DO FEITO. DIVERSOS APELANTES. ORDEM DENEGADA.

1. O excesso de prazo para o julgamento da apelação não pode ser medido apenas em razão do tempo decorrido para o julgamento do recurso, devendo ser apreciado, também, a partir do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo em vista a complexidade da causa em julgamento.

2. Eventual excesso de prazo no julgamento da apelação deve ser aferido em face da quantidade de pena imposta na sentença condenatória (HC n. 234.713/CE, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, julgado em 12/6/2012, DJe

Superior Tribunal de Justiça

28/6/2012).

3. Considerando que a pena total a que foi condenado o paciente é de 25 anos e 8 meses de reclusão, bem como a complexidade da causa, que conta com 4 (quatro) réus, alguns foragidos, com defensores diversos, inexistente flagrante excesso de prazo no julgamento dos recursos, pois não demonstrado que, em razão da demora no julgamento das apelações, o paciente encontra-se impedido de usufruir de benefícios relativos à execução da pena, que já foi iniciada, tendo sido expedida a competente guia de execução provisória.

4. Ordem denegada.

(HC 389.662/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 22/05/2017)

Entretanto, entendo de bom alvitre recomendar à Corte de origem que imprima máxima celeridade ao julgamento da apelação lá interposta.

Ante o exposto, **denego a ordem**, recomendando, no entanto, ao Tribunal de Justiça estadual que seja dada a devida preferência no julgamento do recurso de apelação n. 0002937-52.2017.8.26.0530.

Ante o exposto, diante da constatação de que o presente *habeas corpus* é mera reiteração do HC n. 538.764/SP, **indefiro-o liminarmente**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator